



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Salvato Desembargador Ricardo Pires Barreto

586
2

Embargos de declaração no reexame necessário e apelação nº 194984-6 - Comarca do Recife

Embargante: Estado de São Paulo.

Embargados: José Vieira de Melo Neto e outro.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO. ARGUIÇÃO DE ERRO DE FATO E OMISSÃO. FUNDAMENTAÇÃO MERITÓRIA SUFICIENTE. ACLARAMENTO QUANTO À ADEQUAÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. No tocante ao alegado erro de fato, registrou-se que na verdade o que pretende o embargante é, em sede restrita aclaratória, revisitar os fundamentos suficientemente esclarecedores que levaram à formação dos votos da turma, seguido pelo julgador vogal, na decisão unanimemente tomada pelo colegiado competente, materializados em extrato constante da ementa embargada, e mesmo em se considerando que a fundamentação não tenha sido exaustiva nos pontos ditos omissos, ela contém os elementos necessários à formação do convencimento da turma julgadora, solucionando integralmente a controvérsia. 2. Consoante a jurisprudência reiterada do STJ, "a ausência de fundamentação não se confunde com fundamentação sucinta. Aquela gera nulidade da decisão, esta, não" (no AGA, T4, rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJe de 05/06/2013), sendo certo, ainda, que "os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão" (no REsp 1121608, T1, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 11/06/2013), e, por fim, "a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC" (no EDMS 15707, S1, rel. Min. Hermann Benjamin, DJe de 30/08/2011). 3. Na linha de precedentes deste Sodalício e do STJ, nas condenações da fazenda pública dessa natureza, os juros incidirão no percentual de "0,5% ao mês, a partir da MP nº 2.180-35/2001 até o advento da Lei nº 11.960, de 30/6/2009, que deu nova redação ao referido art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, e percentual estabelecido para a caderneta

de poupança, a partir da Lei nº 11.960/2009" (confira-se EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1103056/RJ, T6, rel. Min. Og Fernandes, DJe de 18/12/2012). 4. Aclaratórios acolhidos em parte, sem efeitos infringenciais, tão somente para explicitar que os juros de mora incidirão do evento danoso, sendo calculados diferentemente por períodos, no percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP nº 2.180-35/2001 até o advento da Lei nº 11.960, de 30/6/2009, que deu nova redação ao referido art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, e percentual estabelecido para a caderneta de poupança, a partir da Lei nº 11.960/2009, ou outro indexador que vier a ser aplicado supervenientemente quando da eventual e oportuna liquidação do julgado para os fins do art. 730 do CPC, questão de ordem pública e que, assim, não gera preclusão. 5. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de embargos de declaração no reexame necessário e apelação cível nº 194984-6, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em dar-lhes provimento parcial, nos termos da ementa supra, dos votos e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P. R. I.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

588
j

**Embargos de declaração no reexame necessário e apelação nº 194984-6 -
Comarca do Recife**

Embargante: Estado de São Paulo.

Embargados: José Vieira de Melo Neto e outro.

RELATÓRIO

Cuidam-se de embargos de declaração diante de acórdão de minha lavra assim lançado nos autos do reexame necessário e apelo originários, assim ementado:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. ERRO EM LAUDO PERICIAL. NEGLIGÊNCIA DO INSTITUTO DE CRIMINALISTA DE SÃO PAULO. INEGÁVEIS DANOS MORAIS E MATERIAIS. POLÍCIA JUDICIÁRIA, MPPE E PODER JUDICIÁRIO. ATUAÇÃO DENTRO DOS LIMITES LEGAIS. REEXAME IMPROVIDO. APELAÇÕES PREJUDICADAS. 1. A Teoria do Risco Administrativo elide a responsabilidade estadual apenas quando demonstrada a inexistência de nexo causal, fato exclusivo da vítima ou de terceiro, ou ainda, quando existente caso fortuito ou força maior, o que não ocorreu no caso *sub judice*. 2. A negligência do Instituto de Criminalística de São Paulo configura-se na produção de laudo negativo de paternidade e maternidade após análise de ínfima amostra de material coletado, qual seja, um dente. 3. O apelante confessou que os demais materiais - amostras de sangue do autor e sua esposa, de fragmentos de pele, de tecido não identificado, terço proximal do fêmur - não foram examinados em razão da ausência de tecnologia necessária para realização da perícia. 4. Contra-prova realizada pela UERJ com o mesmo substrato constatando o equívoco do ICSP e a conseqüente paternidade do autor e sua esposa do cadáver de Tarsila Gusmão. 5. Desdobramentos nefastos na vida do autor e familiares, como evidente rebatimento na linha investigatória do caso criminal pelas autoridades. 6. Ausência de irregularidades e ilegalidades no cumprimento dos mandados de busca e apreensão e prisão em flagrante. 7. Danos materiais comprovados de R\$ 12.161,45 e danos morais arbitrados em R\$ 200.000,00, com incidência de juros moratórios e correção monetária conforme discorrido no voto. 8. Reexame necessário a que se nega provimento, prejudicado o apelo. 9. Decisão unânime.

Segundo o embargante, esta decisão estaria a merecer esclarecimento, pois teria incorrido em erro de fato ao não enfrentar arguições recursais tempestivamente deduzidas, quanto ao fato de que o material enviado à perícia seria distinto daqueles enviados à UERJ, o que permitiu a obtenção de resultados distintos; que o juízo pioneiro teria se equivocado ao tomar por base o depoimento do professor Rodolfo Muller, posto que coletor do material e que em tese teria interesse no resultado da lide em seu benefício próprio; que não haveria prova nos autos de que o material enviado tivesse sido trocado em São Paulo; que os exames em referência foram realizados em épocas diferentes, o

que estaria a comprometer a imputação de negligência por parte do Instituto de Criminalística de São Paulo; que não haveria nexo causal entre os danos sofridos pelo aqui embargado e a conduta dos agentes públicos do embargante, bem como falta de valoração adequada dos danos morais.

Alega, ainda, falta de explicitação quanto ao disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a nova redação dada pela Lei nº 11.960/09, o qual já estava vigente na data da prolação da decisão já se encontrava vigente.

Autos conclusos.

É o relatório.

VOTO

Não vejo como prosperar as irresignações fáticas ditas omissas e apontadas como erro de fato no julgado embargado.

No tocante ao alegado erro de fato, registro que na verdade o que pretende o embargante é, em sede restrita aclaratória, revisitar os fundamentos suficientemente esclarecedores que levaram à formação dos votos da turma, seguido pelo julgador vogal, na decisão unanimemente tomada pelo colegiado competente, materializados em extrato constante da ementa embargada, e mesmo em se considerando que a fundamentação não tenha sido exaustiva nos pontos ditos omissos, ela contém os elementos necessários à formação do convencimento da turma julgadora, solucionando integralmente a controvérsia.

Ademais, consoante a jurisprudência reiterada do STJ, "a ausência de fundamentação não se confunde com fundamentação sucinta. Aquela gera nulidade da decisão, esta, não" (no AGA, T4, rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJe de 05/06/2013), sendo certo, ainda, que "os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão" (no REsp 1121608, T1, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 11/06/2013), e, por fim, "a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC" (no EDMS 15707, S1, rel. Min. Hermann Benjamin, DJe de 30/08/2011).

No mais, e na linha de precedentes deste Sodalício e do STJ, nas condenações da fazenda pública da natureza posta, os juros incidirão no percentual de "0,5% ao mês, a partir da MP nº 2.180-35/2001 até o advento da Lei nº 11.960, de 30/6/2009, que deu nova redação ao referido art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, e percentual estabelecido para a caderneta de poupança, a partir da Lei nº 11.960/2009" (confira-se EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1103056/RJ, T6, rel. Min. Og Fernandes, DJe de 18/12/2012).

Desse modo, acolho em parte os presentes aclaratórios, sem efeitos infringenciais, tão somente para explicitar que os juros de mora incidirão do evento danoso, sendo calculados diferentemente por períodos, no percentual de 0,5% ao mês, a partir da MP nº 2.180-35/2001 até o advento da Lei nº 11.960, de 30/6/2009, que deu nova redação ao referido art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, e percentual estabelecido para a caderneta de poupança, a partir da Lei nº 11.960/2009, ou outro indexador que vier a ser aplicado supervenientemente

quando da eventual e oportuna liquidação do julgado para os fins do art. 730 do CPC, questão de ordem pública e que, assim, não gera preclusão.

É como voto.

Recife, 19 de setembro de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto

Relator

590
22